

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Proc. de Termos Licitações e Contratos -

PARECER Nº: 0225/2016

PROCESSO:2016.02.001975

INTERESSADO: Secretaria de Educação

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratação Direta - Inexigibilidade

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. INEXIGIBILIDADE. ART. 25, II, C/C ART. 13, VI, DA LEI Nº 8.666/93. INSCRIÇÃO DE SERVIDORES EM EVENTO ABERTO. CURSO ABERTO. ORIENTAÇÃO NORMATIVA DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DO RECIFE. PARECER PELA LEGALIDADE.

Trata-se de solicitação da Secretaria de Educação sobre a possível contratação, por inexigibilidade de licitação, de inscrição de 220 professores da Município no 10º Seminário Nacional Escola Presente, organizado pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania (OSCIP).

Em análise preliminar (Diligência n. 0115/2016 – fls. 71), esta Procuradoria Especializada indicou a documentação constante dos autos (sobretudo a fim de subsidiar a contratação direta pretendida) e vislumbrou, em tese, a legalidade da atuação municipal (precedentes do TCU e orientação normativa da PGM Recife sobre o tema). Por derradeiro, a Secretaria consultante foi questionada acerca da singularidade do objeto e da notoriedade do contratado.

Por ora, voltam os autos para análise conclusiva. Em apertada síntese, eis o relatório. Passo a opinar.

A conjugação do disposto no art. 13, VI, com o art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 permite concluir que é cabível a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que observados os requisitos da singularidade do objeto e da notória especialização do contratado.

Quanto ao evento – e no que tange à justificativa do preço, conforme documentação anexa –, verifica-se que o valor cobrado condiz com os valores anteriores de mercado para o mesmo objeto (vide contratações de outros Municípios), sobretudo em se tratando de um evento / curso aberto. Inexiste, portanto, qualquer aumento desproporcional de preços praticados em relação às contratações anteriores. Visível, ainda, a qualidade do evento / curso / instituição, conforme atestado nos autos.

Nesse passo, cabível aplicar à espécie o entendimento do Tribunal de Contas da União

(Acórdão nº 654/2004 – 2ª Câmara), quando afirma que a contratação da inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93¹. Este é, ademais, o entendimento consolidado desta Procuradoria acerca do tema, nos termos da Orientação Normativa n. 3/2009 da Portaria 183/2009-SAJ:

ON 3/2009. A contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, incluída a inscrição de servidor em cursos abertos, pode se dar com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, desde que caracterizada a singularidade do objeto e a notoriedade da instituição de ensino ou do especialista contratado.

Destarte, verifica-se o atendimento das exigências legais aplicáveis à contratação direta por inexigibilidade de licitação, especialmente, no pertinente à singularidade do objeto e à notória especialização do contratado. Nesse sentido, a justificativa apresentava pela Secretaria de Educação supre os requisitos aventados tanto pelo TCU como pela doutrina para tal sorte de contratação.

Ademais, há de se salientar que para as contratações diretas por inexigibilidade de licitação é necessário, em regra, além da comprovação idônea dos requisitos acima aventados, atentar para o cumprimento dos requisitos de ordem geral previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tal dispositivo menciona que “as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, [...] deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.”. E continua o aludido dispositivo em seu parágrafo único:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Nesse contexto, não se vislumbra a incidência de situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa (art. 26, § único, I); a razão da escolha do fornecedor ou executante (art. 26, § único, II), conforme já debatido, é a singularidade do objeto e a notória especialização do contratado; não há que se falar, no caso, de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados (art. 26, § único, IV); e a justificativa de preço (art. 26, § único, III) se dá com a constatação de que os

¹ Entendimento abonado por FERNANDES, J. U. Jacoby. *Contratação direta sem licitação*. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 543/544.

preços cobrados condizem com os valores anteriores para o mesmo objeto, sem prejuízo ao Município.

Bem de ver, pois, que em relação à justificativa de preço em contratações diretas – especialmente quando a licitação é inexigível –, a lição de Marçal Justen Filho é clara e pertinente ao aludir que a razoabilidade do preço em tais casos “deverá ser verificada em função da atividade anterior e futura do próprio particular. O contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional. Não é admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais.”² Vê-se, assim, a razoável justificativa do preço.

De resto, quanto às formalidades adicionais previstas no *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/93, observa-se a necessidade de publicação na imprensa oficial, a fim de conferir eficácia ao ato.

Ante tais considerações, opino pela legalidade da contratação direta, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93, nos termos da fundamentação que acompanha esse parecer e nos patamares aludidos no pleito da Secretaria consulente, ressaltando a necessidade de eventual reapresentação de certidões / declarações que porventura tenham vencido no decorrer do trâmite administrativo.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Recife, 14 de julho de 2016

Bruno Santos Cunha
Matrícula 87.476-8

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 377.